

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

REQUERIMENTO Nº DE 2009
(Do Sr. Luis Carlos Heinze)

Requer a realização de reunião de audiência pública para tratar do endividamento do setor rural brasileiro.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário desta Comissão, seja realizada reunião de audiência pública, no dia 12 de agosto, para tratar do endividamento agrícola do setor rural brasileiro.

Sugiro sejam convidados os presidentes da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e entidades representativas dos segmentos da soja, arroz, cana-de-açúcar, laranja, café, cacau, suínos e do gado leiteiro.

JUSTIFICAÇÃO

Somos todos sabedores, inclusive o governo, que a última negociação da dívida rural, com a edição da MP nº432, de 17 de maio de 2008, convertida na Lei nº 11.775 de 17 de setembro de 2008, não atingiu o objetivo esperado. Durante a

votação da matéria bem que tentamos dar condições para que os produtores rurais pudessem pagar as suas contas, já inchadas pelos extorsivos juros bancários, multas e taxas, mas esbarramos na insensibilidade da área econômica do governo Lula. Digo insensibilidade, porque o endividamento envolve micros, pequenos, médios e grandes agricultores. Todos, indistintamente, estão inadimplentes, pois os fatores que influenciaram negativamente o desempenho do setor ocorreram nas pequenas e nas grandes propriedades.

A agricultura, responsável pelas melhores notícias econômicas para o Brasil, é a mesma que convive com um péssimo momento, caindo sobre seus ombros, além de todos os problemas climáticos que tivemos no último ano – seca no Sul e Centro Oeste e enchentes no Norte e Nordeste - o aumento do custo de produção, a queda no preço dos produtos agrícolas e o alto grau de endividamento.

O agronegócio é o principal responsável pelos bons números ostentados pela economia brasileira e não pode, de forma alguma, ser vítima de qualquer tipo de indiferença por parte da equipe econômica do governo federal. Todos sabem que qualquer fracasso ou retrocesso no desempenho desse setor terá reflexos diretos na economia brasileira, como um todo. Se o saldo da balança comercial de 2002 a 2008 apresentou um superávit de US\$ 271 bilhões e as reservas internacionais atingiram US\$ 205 bilhões, foi porque o agronegócio fez sua parte. Ganhou o Brasil, mas o produtor perdeu, pois os sete anos passados foram difíceis, com mais perdas do que ganhos.

Várias renegociações foram feitas nos últimos 14 anos. Todas foram como um “cobertor curto”. Em 1995, na primeira renegociação geral, as dívidas foram alongadas por até dez anos, com juros de 3% ao ano. As regras, no entanto, valiam apenas para a parcela das dívidas até R\$ 200 mil, beneficiando 300 mil produtores, com dívidas totalizando R\$ 7 bilhões.

Não demorou muito para que os produtores, que não foram beneficiados, batessem à porta do governo. Em 1998, as dívidas que superavam R\$ 200 mil em 1995 ganharam o PESA (Programa Especial de Saneamento de Ativos), com prazos de até 20 anos, entrada de 10,37%, correção pelo IGP-M e juros anuais de 8% a 10%. Foram beneficiados perto de 50 mil produtores, com dívida de R\$ 4 bilhões.

Com juros acima da realidade da agricultura nacional, foi preciso iniciar nova renegociação com o governo e, em 1999, os juros do Pesa caíram a 6%, 7% e 8% ao ano.

Os agricultores continuaram sofrendo com as “intempéries” do mercado - interno e externo - e não tiveram outra saída, senão voltar a bater na porta do governo para uma nova e ampla renegociação. Em 2001, o prazo para o pagamento das dívidas foi adiado de 2008 para 2025. Os juros do Pesa, para quem pagasse em adimplência, caíram para 3%, 4% e 5% ao ano.

Nesses 14 anos, a agricultura familiar, os assentados e as cooperativas também sentiram na pele os efeitos conjunturais do mercado e se endividaram. O que antes era R\$ 17 bilhões hoje já ultrapassa R\$ 130 bilhões.

Os números comprovam que ainda não foi feita uma renegociação ampla, abrangente, que atendesse todos os setores da produção agrícola nacional com a mesma regra, sem distinção e com determinações aos bancos.

O momento tem que ser agora. Precisamos resolver de vez o problema, tomando-se o cuidado de evitar os erros cometidos em planos anteriores. Erros comprovados estatisticamente, como, por exemplo, na renegociação de 1995. Na primeira parcela, metade da dívida foi liquidada e metade prorrogada. Na segunda, apenas 35% foi paga e o restante novamente alongado. Sinal claro de que o produtor procurou pagar, mas não conseguiu. Essa situação foi mantida nos planos seguintes, chegando a ocorrer prorrogação de até 90% da dívida, por absoluta falta de condições para que o agricultor pudesse saldar seu compromisso.

Os números estão claros e não podemos cair no mesmo erro. Não podemos ficar neste jogo de renegociação a vida toda. A classe produtora precisa de regras claras e de alguma garantia. Afinal, a atividade é estratégica para saciar a fome da sociedade, gerar empregos, renda e garantir um ótimo saldo positivo na balança comercial do país.

O agronegócio brasileiro não está mendigando condições para pagar as dívidas adquiridas com os prejuízos das últimas safras. Ele quer e precisa ser olhado com o respeito de quem cumpriu sua missão social e econômica, de quem alicerçou a economia nacional, para que ela pudesse ostentar a credibilidade que goza hoje.

Por isso, é necessário ouvirmos a representatividade do setor e planejarmos medidas que solucionem, definitivamente, o endividamento dos produtores rurais brasileiros.

Sala da Comissão, em de de 2009

LUIS CARLOS HEINZE
Deputado Federal PP/RS

FÁBIO SOUTO

Deputado Federal DEM/BA

VALDIR COLATTO

Deputado Federal PMDB/SC

ZONTA

Deputado Federal PP/SC

MOACIR MICHELETTO

Deputado Federal PMDB/RS

ABELARDO LUPION

Deputado Federal DEM/PR

VALDEMIR MOKA

Deputado Federal PMDB/MS

DILCEU SPERAFICO

Deputado Federal PP/PR

PAULO PIAU

Deputado Federal PMDB/MG

BETINHO ROSADO

Deputado Federal DEM/RN

MOREIRA MENDES

Deputado Federal PPS/RO

MARCOS MONTES

Deputado Federal DEM/MG